

ÍNDICE DAS NOTAS EXPLICATIVAS

Apresentamos as notas explicativas que integram o conjunto das demonstrações financeiras da ABSA Aerolinas Brasileiras S.A., distribuídas da seguinte forma:

| | |
|---|----|
| 1. CONTEXTO OPERACIONAL | 14 |
| 2. ESTRUTURA SOCIETÁRIA | 15 |
| 3. DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO E BASE DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS | 15 |
| 4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS | 16 |
| 5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS | 21 |
| 6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | 25 |
| 7. CONTAS A RECEBER | 25 |
| 8. TRIBUTOS A RECUPERAR | 26 |
| 9. DEPÓSITOS JUDICIAIS | 26 |
| 10. IMOBILIZADO | 27 |
| 11. INTANGÍVEL | 28 |
| 12. ARRENDAMENTO MERCANTIL | 28 |
| 13. FORNECEDORES | 28 |
| 14. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS | 28 |
| 15. IMPOSTOS A RECOLHER | 29 |
| 16. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, TRABALHISTAS E CÍVEIS | 29 |
| 17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 32 |
| 18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL | 32 |
| 19. PARTES RELACIONADAS | 33 |
| 20. RECEITA OPERACIONAL | 37 |
| 21. RESULTADO POR NATUREZA | 37 |
| 22. RESULTADO FINANCEIRO | 38 |
| 23. SEGUROS | 38 |
| 24. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO ADOTADAS | 38 |
| 25. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS | 40 |



1. CONTEXTO OPERACIONAL

A ABSA - Aerolinhas Brasileiras S.A. ("ABSA" ou "Companhia"), é uma subsidiária integral da TAM S.A., que por sua vez integra a LATAM Airlines Group S.A. ("LATAM"), um dos maiores grupos de companhias aéreas do mundo em malha aérea o qual oferece serviços de transporte de passageiros para cerca de 140 destinos, em 25 países, com uma frota de 329 aviões. No total, a LATAM Airlines Group S.A. tem em torno de 46 mil funcionários.

As ações da LATAM são negociadas nas bolsas de Santiago, Nova York, nesta última, na forma de ADRS, sob o ticker LFL. As ações da LATAM compõem o Índice Dow Jones de Sustentabilidade da bolsa de Nova York ("NYSE").

A ABSA mediante concessão da Agência Nacional de Aviação Civil ("ANAC"), tem como atividade preponderante a exploração de serviços de transporte aéreo regular de cargas e malas postais, no território nacional e em âmbito internacional, por meio de aeronaves arrendadas ou por meio da contratação de serviços de terceiros, e de serviços de carregamento e descarregamento de cargas aéreas ("*handling*").

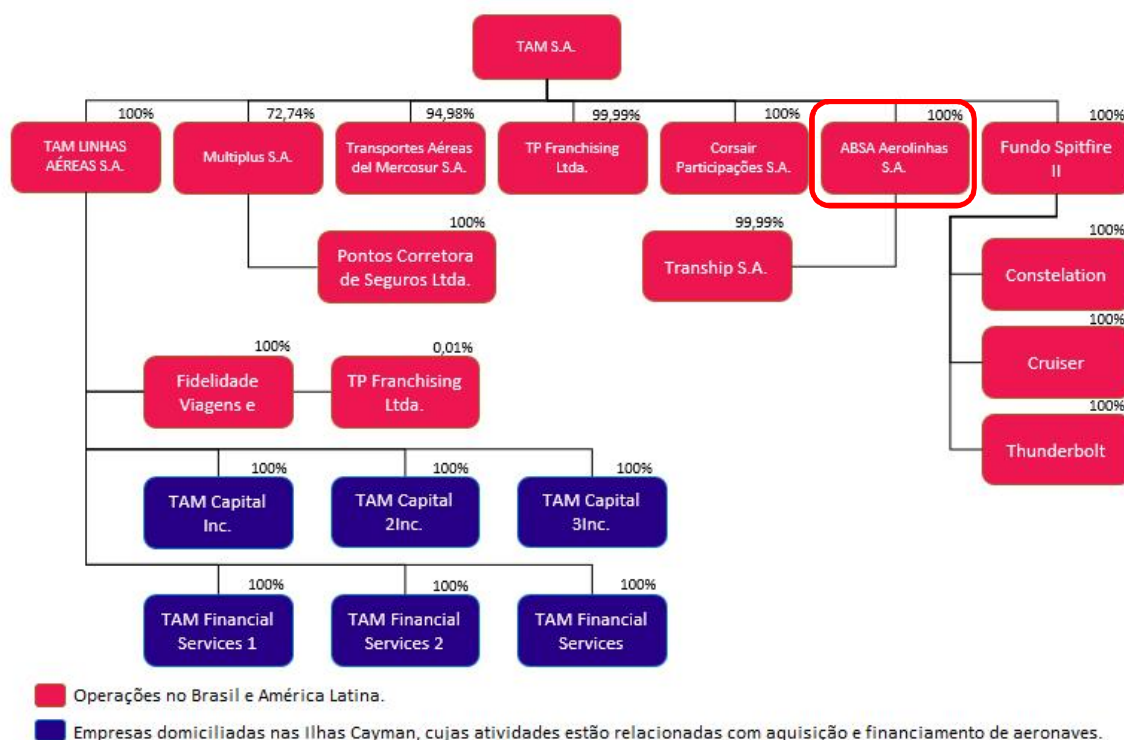
Em 25 de abril de 2015, a ANAC concedeu uma prorrogação da concessão para a Companhia operar com validade de dez anos a partir desta data.

A ABSA é registrada e domiciliada no Brasil e sua sede está na Rodovia Santos Dumont, KM 66 sem número, Campinas, SP.



2. ESTRUTURA SOCIETÁRIA

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 não houve alterações na estrutura societária na qual a Companhia está inserida, conforme apresentado a seguir:



3. DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO E BASE DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* ("IFRIC"), introduzidos no Brasil por meio do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e de suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia estão expressas em milhares de Reais ("R\$"), bem como as divulgações de montantes em outras moedas, quando necessário, também foram efetuadas em milhares. Os itens divulgados em outras moedas estão devidamente identificados, quando aplicável.



A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Contudo, a incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos e passivos em exercícios futuros.

A Administração confirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela no desenvolvimento de suas atividades de gestão dos negócios.

A Companhia revisa seus julgamentos, estimativas e premissas de forma contínua.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico recuperável, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- (i) aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa mensuradas pelo valor justo;
- (ii) aplicações financeiras compostas por fundos exclusivos de investimentos classificados como disponíveis para venda, mensuradas pelo valor justo; e
- (iii) instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo.

4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

4.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

Com base no CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações financeiras a Companhia adotou, a partir de 1º de janeiro de 2015, o dólar norte-americano ("US\$") como moeda funcional.

A moeda de apresentação dessas demonstrações financeiras é o Real, assim sendo, os critérios de conversão adotados são os seguintes:

- Ø Ativos e passivos não monetários são convertidos pela taxa histórica da transação;
- Ø Ativos e passivos monetários são convertidos pela taxa de câmbio do final do exercício;
- Ø Contas de resultado são convertidas pela taxa de câmbio obtida através da média mensal das taxas de cada mês;
- Ø As transações em moeda estrangeira são convertidas pelas taxas de câmbio vigentes na data de cada transação; e



- Ø Os efeitos acumulados de ganho ou perda na conversão são registrados diretamente no resultado do exercício.

4.2 Caixa e equivalentes de caixa

Compreende os saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata em títulos cujos vencimentos, quando de sua aquisição, eram iguais ou inferiores a 90 dias, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras classificadas nesse grupo, por sua própria natureza, estão mensuradas a valor justo por meio do resultado.

4.3 Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

4.4 Contas a receber

As contas a receber de clientes e outros recebíveis são registradas pelo valor faturado ajustado a valor presente, quando aplicável, deduzidas das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa.

A Companhia adota procedimentos e análises para estabelecer limites de créditos e, substancialmente, não exige garantias reais de seus clientes. Em caso de inadimplência, esforços de cobrança são efetuados, incluindo contatos diretos com os clientes e cobrança através de terceiros. Caso esses esforços não sejam suficientes, medidas judiciais são consideradas, sendo registrada uma perda estimada em créditos de liquidação duvidosa em contrapartida a despesas com vendas na demonstração de resultado. Os títulos são baixados contra a provisão à medida que a Administração considera que estes não são mais recuperáveis após ter tomado todas as medidas cabíveis para recebê-los.

A Companhia adota como política para constituição de provisão para devedores duvidosos, análise de perdas históricas. Caso o cliente tenha oferecido garantia real, os valores em atraso são excluídos da base para cálculo e determinação da provisão para devedores duvidosos.



4.5 Ativo imobilizado

O ativo imobilizado é apresentado pelo custo de aquisição, formação, construção e acréscido de desmontagem, quando aplicável, deduzido da depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil econômica estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente.

A Companhia realiza anualmente a análise de indícios de perda no valor recuperável do ativo imobilizado. Na ocorrência de indício de perda, os ativos correspondentes são submetidos ao teste de *impairment*, quando identificado que o valor contábil do ativo não será recuperado, uma provisão é registrada.

A recuperação dos investimentos no ativo imobilizado foi testada em 2015 e 2016 não sendo identificados ajustes para refletir perda no valor recuperável.

Os ganhos e as perdas em alienações de ativos imobilizados são apurados comparando-se o valor da venda com o valor contábil residual e são reconhecidos na demonstração do resultado na data de alienação.

4.6 Ativo intangível

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custo de desenvolvimento, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que foi incorrido.

4.7 Impostos e contribuição social sobre o lucro

No Brasil, os impostos e contribuições sobre a renda compreendem o imposto de renda ("IRPJ") e a contribuição social sobre o lucro ("CSLL"), que são calculados mensalmente com base no lucro tributável, aplicando-se a alíquota de 15% acrescida do adicional de 10%, sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240, para o IRPJ e 9% para a CSLL e considera a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Impostos diferidos, quando houver, representam os créditos e débitos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e bases negativas de CSLL, bem como diferenças temporárias entre a base fiscal e a contábil. Os ativos e passivos de impostos e



contribuições diferidos são classificados como não circulante conforme requerido pela Deliberação CVM nº676/11. Quando os estudos internos da Companhia indicarem que a utilização futura desses créditos, não é provável, uma provisão para perda será constituída.

Os impostos diferidos ativos e passivos, quando contabilizados, são apresentados líquidos se existir um direito legal exequível de compensar os passivos fiscais com os ativos fiscais, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal sob a mesma entidade tributável.

Os ativos e passivos fiscais diferidos devem ser mensurados pelas alíquotas que se espera que sejam aplicáveis no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas (e legislação fiscal) que estejam em vigor na data do balanço.

4.8 Contas a pagar e fornecedores

São inicialmente reconhecidos pelo valor nominal e, subsequentemente acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras. São classificados como passivo circulante de acordo com a previsão de liquidação no prazo de doze meses.

4.9 Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente, formalizada ou não, em consequência de um evento passado e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor desta possa ser feita.

O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos. As avaliações das probabilidades de perdas destes processos incluem a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para refletir alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4.10 Arrendamento mercantil

A classificação dos contratos de arrendamento entre operacional e financeiros é realizada no momento da sua contratação. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios de propriedade é retida pelo



arrendador são classificados como arrendamento operacional. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a Companhia possuía apenas operações de arrendamento classificadas como arrendamento operacional.

4.11 Receita diferida

A conta de receita diferida abrange transportes a executar e contratos de serviços, que por sua vez, é composta por transportes ainda não realizados, porém, as quais já houve o contrato de prestação de serviço firmado. Esses valores são reconhecidos como receita quando o serviço é efetivamente prestado.

4.12 Reconhecimento de custos e despesas operacionais

Os principais custos da Companhia estão relacionados principalmente aos custos com pessoal, combustível de aviação, arrendamento de aeronaves, motores e equipamentos, tarifas de decolagem, pouso e navegação aérea e são reconhecidos pelo regime de competência contábil.

As despesas operacionais incluem despesas com vendas, gerais e administrativas, incluindo salários, encargos e benefícios, vendas, marketing e outras e são reconhecidos pelo regime de competência contábil.

4.13 Participação de funcionários e administradores nos resultados

Os funcionários têm direito a uma participação nos resultados com base em determinadas metas acordadas anualmente, e os administradores com base nas disposições estatutárias, propostas pelo Conselho de Administração da controladora. O montante da participação é reconhecido no resultado do período em que as metas são atingidas.

4.14 Receitas e despesas financeiras

A receitas e despesas financeiras são reconhecidas no resultado, por meio do método dos juros efetivos e compreendem:

- Ø Receita de Juros;
- Ø Despesa de Juros;
- Ø Despesas Bancárias;
- Ø Variações cambiais líquidas.



4.15 Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para US\$ (moeda funcional da Companhia) utilizando-se as taxas de câmbio nas datas das transações. Na conversão para moeda de apresentação os saldos das contas de balanço em outras moedas são convertidos pelas taxas de câmbio em vigor na data de encerramento das demonstrações financeiras e os ganhos ou perdas de variação cambial são reconhecidos como outros resultados abrangentes.

As taxas de câmbio em Reais em vigor na data dos balanços foram as seguintes:

| | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|------------------------|---------------|------------|
| Taxa final | | |
| Dólar americano (US\$) | 3,2591 | 3,9048 |
| Euro (€) | 3,4384 | 4,2504 |
| Taxa média anual | | |
| Dólar americano (US\$) | 3,4833 | 3,8711 |
| Euro (€) | 3,8543 | 4,2158 |

4.16 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis

Conforme divulgado na nota 3, destas demonstrações financeiras a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito significativo sobre os valores reconhecidos nestas demonstrações financeiras:

- Ø valor justo de instrumentos financeiros;
- Ø análise anual do valor recuperável de ativos não financeiros;
- Ø perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa;
- Ø vida útil dos bens do ativo imobilizado e intangíveis com vida útil definida; e
- Ø provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros. O programa de gestão de risco é feito de forma centralizada pela Vice-Presidência de Finanças da controladora LATAM Airlines Group S.A. com o objetivo de minimizar os efeitos adversos dos riscos financeiros que afetam a Companhia.

5.1 Administração do risco de liquidez

A Companhia mantém níveis de alavancagem que não comprometem sua capacidade de honrar seus compromissos e obrigações.



A tabela abaixo resume as obrigações contratuais e compromissos financeiros significativos que podem impactar a liquidez da Companhia em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

| | 31/12/2016 | | | | | |
|--------------------------------------|----------------|------------------|------------------|----------------|---------------------------------|----------------|
| | Menos de 1 ano | Entre 1 e 2 anos | Entre 2 e 5 anos | Mais de 5 anos | Total fluxo de caixa contratual | Valor Contábil |
| Passivos financeiros não derivativos | | | | | | |
| Fornecedores | 1.670.581 | - | - | - | 1.670.581 | 1.670.581 |

| | 31/12/2015 | | | | | |
|--------------------------------------|----------------|------------------|------------------|----------------|---------------------------------|----------------|
| | Menos de 1 ano | Entre 1 e 2 anos | Entre 2 e 5 anos | Mais de 5 anos | Total fluxo de caixa contratual | Valor Contábil |
| Passivos financeiros não derivativos | | | | | | |
| Fornecedores | 2.042.983 | - | - | - | 2.042.983 | 2.042.983 |

5.2 Administração do risco de crédito

A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus clientes são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência nas contas a receber.

Individualmente, nenhum dos clientes da Companhia, exceto partes relacionadas, conforme divulgado na nota 19, representa mais de 10% de suas receitas no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

5.3 Administração de riscos de taxa de juros

A Companhia apresenta a seguir o quadro de análise de sensibilidade às variações das taxas de juros, considerando as projeções macroeconômicas divulgadas no pela BM&F Bovespa em 31 dezembro de 2016, o qual indicava as seguintes taxas como cenário provável:

| Índice | | | Taxa estimada como cenário provável | | | |
|---|----------------|---------------------|-------------------------------------|--------------------|------------------------------------|------------------------------------|
| SELIC | | | 13,65% a.a. | | | |
| 31/12/2016 | | | | | | |
| Instrumentos | Valor Contábil | Encargos Financeiro | Taxa | Cenário I provável | Cenário II variação da taxa em 25% | Cenário II variação da taxa em 50% |
| Depósitos judiciais | 9.360 | SELIC | 13,65% | 10.638 | 12.453 | 12.816 |
| Impacto sobre as receitas financeiras líquidas e patrimônio | | | | 1.278 | 3.093 | 3.456 |



5.4 Administração de riscos cambiais

A moeda funcional da Companhia é o US\$ e a de apresentação das demonstrações financeiras é o Real, de modo que o risco de taxa de câmbio transacional e conversão decorrem, principalmente, das atividades operacionais do negócio, estratégicas e contabilidade da Companhia que são denominados em uma moeda diferente da moeda funcional.

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a Companhia possuía ativos e passivos denominados em outras moedas, diferentes do US\$ nos montantes descritos a seguir, não existindo nenhum instrumento para proteger essa exposição nessas datas:

| | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|------------------------------------|------------|------------|
| Partes relacionadas a receber | 79.125 | 33.029 |
| Contas a receber terceiros | 113.012 | 98.222 |
| Fornecedores terceiros | (91.281) | (60.136) |
| Partes relacionadas a pagar | (99.824) | (614.881) |
| Exposição cambial, líquida em R\$ | 1.032 | (543.766) |
| Exposição cambial, líquida em US\$ | 317 | (139.256) |

Considerando as projeções macroeconômicas e oscilação cambial, a Administração elaborou o quadro de sensibilidade as variações do câmbio em relação a paridade de US\$ para R\$, conforme demonstrado a seguir:

| | 31/12/2016 | | | | |
|---|---------------|-----------------------------|------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|
| | 3,2591 | 4,0739 | 4,8887 | 2,4443 | 1,6296 |
| Paridade - US\$ x R\$ | Cenário Atual | Cenário I Apreciação 25% | Cenário II Apreciação 50% | Cenário II Depreciação 25% | Cenário II Depreciação 50% |
| Ativos denominados em US\$ | | | | | |
| Partes relacionadas a receber | 79.125 | 63.300 | 52.750 | 105.500 | 158.250 |
| Contas a receber terceiros | 113.012 | 90.409 | 75.341 | 150.682 | 226.023 |
| Passivos denominados em US\$ | | | | | |
| Fornecedores terceiros | (91.281) | (73.025) | (60.854) | (121.708) | (182.562) |
| Partes relacionadas a pagar | (99.824) | (79.859) | (66.549) | (133.099) | (199.648) |
| Impacto sobre o resultado e patrimônio líquido | | (206) | (344) | 344 | 1.032 |

5.5 Administração de riscos relacionados a variação no preço do combustível

Um dos componentes mais importantes dos custos de operação da Companhia é o preço do combustível de aviação, que por sua vez, está intrinsecamente relacionado ao preço do barril de petróleo no mercado internacional.



A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança no preço do combustível de aviação no resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Foi adotado como cenário provável o preço médio por barril de petróleo bruto divulgado pela *U.S. Energy Administration and Information* de US\$ 43,33 (quarenta e três dólares e trinta e três centavos) em 31 de dezembro de 2016 e projetado o impacto no resultado, resultante de um incremento de 25% e 50% no preço, sendo:

| | 31/12/2016 |
|-------------------|---|
| Cenário | Impacto no resultado e patrimônio líquido |
| Incremento de 25% | 27.877 |
| Incremento de 50% | 55.755 |
| Redução de 25% | (27.877) |
| Redução de 50% | (55.755) |

5.6 Instrumentos financeiros por categoria

| | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|--------------------------|-------------|-------------|
| Empréstimos e recebíveis | | |
| Caixa e equivalentes | - | 622 |
| Contas a receber | 1.725.917 | 2.148.801 |
| Depósitos judiciais | 9.360 | 17.244 |
| Demais contas a receber | 3.851 | 8.422 |
| Fornecedores | (1.670.581) | (2.042.983) |

5.7 Determinação do valor justo de instrumentos financeiros

A Companhia deve classificar seus instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo, seguindo a seguinte hierarquia de técnica de avaliação:

- Ø Nível 1 - preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Ø Nível 2 - informações diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e
- Ø Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.



A tabela abaixo demonstra os instrumentos financeiros da Companhia mensurados pelo valor justo:

| | 31/12/2016 | | | 31/12/2015 | | |
|-------------------------------------|------------|---------|-------|------------|---------|-------|
| | Nível 1 | Nível 2 | Total | Nível 1 | Nível 2 | Total |
| Ativos | | | | | | |
| Equivalentes de caixa: | | | | | | |
| Certificados de depósitos bancários | - | - | - | 622 | - | 622 |
| | - | - | - | 622 | - | 622 |

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

| | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|----------------------------------|------------|------------|
| Caixa e contas bancárias | 37.724 | 37.443 |
| Equivalentes de caixa: | | |
| Certificado de depósito bancário | - | 622 |
| | 37.724 | 38.065 |

7. CONTAS A RECEBER

| | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|-----------------------------------|------------|------------|
| Contas a receber de clientes | 45.729 | 44.222 |
| Partes relacionadas (Nota 19.1) | 1.687.651 | 2.112.703 |
| | 1.733.380 | 2.156.925 |
| Provisão para devedores duvidosos | (7.463) | (8.124) |
| | 1.725.917 | 2.148.801 |

A redução do saldo com partes relacionadas é principalmente decorrente da desvalorização do US\$ frente ao R\$ durante o exercício de 2016 em aproximadamente 17%.

7.1 Movimentação da provisão para devedores duvidosos

| | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|-------------------------------------|------------|------------|
| Saldo no início do exercício | 8.124 | 5.187 |
| Constituição de provisão | - | 2.937 |
| Recuperação de crédito provisionado | (661) | - |
| Saldo no final do exercício | 7.463 | 8.124 |



7.2 Composição do saldo por vencimento

| | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|-------------------|------------------|------------------|
| A vencer | 1.729.459 | 2.142.044 |
| Vencidos: | | |
| até 60 dias | 504 | 8.540 |
| de 61 a 90 dias | 110 | 1.797 |
| de 91 a 180 dias | 31 | 107 |
| de 181 a 360 dias | 566 | 3.486 |
| acima de 360 dias | 2.710 | 951 |
| | <u>1.733.380</u> | <u>2.156.925</u> |

8. TRIBUTOS A RECUPERAR

| | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|---|---------------|---------------|
| Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS | 60.657 | 51.867 |
| Demais impostos | 15.835 | 15.965 |
| | <u>76.492</u> | <u>67.832</u> |

O crédito acumulado de ICMS decorre, principalmente, da diferença entre as alíquotas aplicadas nas aquisições de combustíveis e nas prestações de serviços da Companhia. Os créditos foram substancialmente acumulados nos estados de São Paulo e Pernambuco, em decorrências das operações domésticas.

A Companhia não espera nenhuma perda relacionada a realização desses créditos tributários, motivo pelo qual não foi constituída nenhuma provisão para perdas na realização desse ativo.

9. DEPÓSITOS JUDICIAIS

A movimentação dos depósitos judiciais está apresentada a seguir:

| | 31/12/2015 | Adição | Reversão | 31/12/2016 |
|-------------------------------|---------------|---------------|-----------------|--------------|
| Cíveis | 6.694 | 8.888 | (11.127) | 4.455 |
| Trabalhistas | 3.421 | 5.535 | (7.671) | 1.285 |
| Tributários e previdenciários | 6.695 | 1.106 | (4.181) | 3.620 |
| Bloqueios Judiciais | 434 | 636 | (1.070) | - |
| | <u>17.244</u> | <u>16.165</u> | <u>(24.049)</u> | <u>9.360</u> |



| | 31/12/2014 | Adição | Reversão | 31/12/2015 |
|-------------------------------|---------------|---------------|-----------------|---------------|
| Cíveis | - | 6.694 | - | 6.694 |
| Trabalhistas | - | 3.421 | - | 3.421 |
| Tributários e previdenciários | - | 6.695 | - | 6.695 |
| Bloqueios Judiciais | 14.341 | 663 | (14.570) | 434 |
| | <u>14.341</u> | <u>17.473</u> | <u>(14.570)</u> | <u>17.244</u> |

10. IMOBILIZADO

A movimentação do imobilizado é apresentada a seguir:

| | Taxa média ponderada (a.a.) | 31/12/2015 | Adições | Transferências ⁽¹⁾ | Baixas | Conversão de Moedas | 31/12/2016 |
|----------------------------|-----------------------------|-----------------|--------------|-------------------------------|----------|---------------------|-----------------|
| Costo | | | | | | | |
| Equipamentos de voo | | 1.176 | - | (1.176) | - | - | - |
| Edifícios | | 5.759 | - | 2.780 | - | (1.412) | 7.127 |
| Veículos | | - | - | 7.885 | - | (1.304) | 6.581 |
| Computadores e periféricos | | 3.127 | - | 1.677 | - | (794) | 4.010 |
| Móveis | | - | - | 2.367 | - | (391) | 1.976 |
| Máquinas e equipamentos | | 1.195 | - | (436) | - | (126) | 633 |
| Instalações | | - | - | 604 | - | (100) | 504 |
| Ferramentas | | - | - | 646 | - | (107) | 539 |
| Outros | | 5.365 | - | (5.221) | - | (24) | 120 |
| | | <u>16.622</u> | <u>-</u> | <u>9.126</u> | <u>-</u> | <u>(4.258)</u> | <u>21.490</u> |
| Depreciação | | | | | | | |
| Equipamentos de voo | 0,00% | (533) | - | 533 | - | - | - |
| Edifícios | 3,32% | (2.973) | (191) | (2.561) | - | 835 | (4.890) |
| Veículos | 0,00% | - | (15) | (7.953) | - | 1.387 | (6.581) |
| Computadores e periféricos | 9,34% | (1.410) | (292) | (1.795) | - | 545 | (2.952) |
| Máquinas e equipamentos | 2,93% | (783) | (35) | 449 | - | 57 | (312) |
| Instalações | 0,00% | - | (50) | (479) | - | 124 | (405) |
| Ferramentas | 0,00% | - | (54) | (496) | - | 118 | (432) |
| Móveis | 0,00% | - | (14) | (1.376) | - | 163 | (1.227) |
| Outros | 0,22% | (4.647) | (12) | 4.552 | - | 27 | (80) |
| | | <u>(10.346)</u> | <u>(663)</u> | <u>(9.126)</u> | <u>-</u> | <u>3.256</u> | <u>(16.879)</u> |
| | | <u>6.276</u> | <u>(663)</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>(1.002)</u> | <u>4.611</u> |

(1) A Administração promoveu a reclassificação entre as classes de ativos imobilizado para melhorar a qualidade das informações apresentadas.



| | Taxa média ponderada (a.a.) | 31/12/2014 | Adições | Baixas | Conversão de Moedas | 31/12/2015 |
|----------------------------|-----------------------------|----------------|----------------|--------------|---------------------|-----------------|
| Custo | | | | | | |
| Equipamentos de voo | | 1.176 | - | - | - | 1.176 |
| Edifícios | | 4.435 | - | - | 1.324 | 5.759 |
| Computadores e periféricos | | 2.053 | 6 | (103) | 1.171 | 3.127 |
| Máquinas e equipamentos | | 1.281 | - | - | (86) | 1.195 |
| Outros | | 4.972 | 2 | (1) | 392 | 5.365 |
| | | <u>13.917</u> | <u>8</u> | <u>(104)</u> | <u>2.801</u> | <u>16.622</u> |
| Depreciação | | | | | | |
| Equipamentos de voo | 0,00% | (533) | - | - | - | (533) |
| Edifícios | 7,46% | (2.642) | (331) | - | - | (2.973) |
| Computadores e periféricos | 14,61% | (1.169) | (300) | 59 | - | (1.410) |
| Máquinas e equipamentos | 2,19% | (755) | (28) | - | - | (783) |
| Outros | 13,33% | (3.985) | (663) | 1 | - | (4.647) |
| | | <u>(9.084)</u> | <u>(1.322)</u> | <u>60</u> | <u>-</u> | <u>(10.346)</u> |
| Imobilizado líquido | | <u>4.833</u> | <u>(1.314)</u> | <u>(44)</u> | <u>2.801</u> | <u>6.276</u> |

11. INTANGÍVEL

| | Taxas a.a. | 31/12/2015 | Adições | Transferências | Baixas | Conversão de Moedas | 31/12/2016 |
|------------------------------|------------|------------|-------------|----------------|----------|---------------------|-------------|
| Custo | | | | | | | |
| Softwares | | 4 | - | 62 | - | - | 66 |
| Softwares em desenvolvimento | | 186 | 551 | (62) | - | (10) | 665 |
| | | <u>190</u> | <u>551</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>(10)</u> | <u>731</u> |
| Amortização | | | | | | | |
| Softwares | 20,00% | - | (14) | - | - | - | (14) |
| | | <u>-</u> | <u>(14)</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>(14)</u> |
| Intangível líquido | | <u>190</u> | <u>537</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>(10)</u> | <u>717</u> |

| | Taxas a.a. | 31/12/2014 | Adições | 31/12/2015 |
|------------------------------|------------|------------|------------|------------|
| Custo | | | | |
| Softwares | | - | 4 | 4 |
| Softwares em desenvolvimento | | - | 186 | 186 |
| | | <u>-</u> | <u>190</u> | <u>190</u> |
| Intangível líquido | | <u>-</u> | <u>190</u> | <u>190</u> |



12. OBRIGAÇÕES COM ARRENDAMENTO MERCANTIL

12.1 Arrendamento operacional

A Companhia assumiu compromissos não canceláveis de arrendamento operacional de 3 aeronaves em 31 de dezembro de 2016 e 2015. Esses contratos possuem prazo médio de 120 meses e são atualizados com base na variação do US\$.

| | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|------------------|----------------|----------------|
| Até 1 ano | 92.689 | 230.539 |
| Entre 1 e 5 anos | 90.342 | 219.294 |
| | <u>183.031</u> | <u>449.833</u> |

13. FORNECEDORES

| | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|--------------------|------------------|------------------|
| Terceiros | 91.281 | 60.136 |
| Partes (nota 19.2) | 1.579.300 | 1.982.847 |
| | <u>1.670.581</u> | <u>2.042.983</u> |

14. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

| | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|--|---------------|---------------|
| Provisão de férias e encargos sociais sobre férias | 4.870 | 5.662 |
| Salários e encargos sociais | 6.049 | 6.626 |
| Provisão para bônus | 500 | 500 |
| Outros | 5.709 | 2.109 |
| | <u>17.128</u> | <u>14.897</u> |

15. IMPOSTOS A RECOLHER

| | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|----------------------------|--------------|---------------|
| Taxas | 604 | 25.266 |
| Impostos sobre serviços | 2.727 | 3.984 |
| Outros impostos a recolher | 763 | 700 |
| | <u>4.094</u> | <u>29.950</u> |



16. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

A Companhia está envolvida em determinados assuntos legais oriundos do curso normal de seus negócios, que incluem processos cíveis, administrativos, tributários, previdenciários e trabalhistas.

A Companhia classifica os riscos de perda nos processos legais como “prováveis”, “possíveis” ou “remotos”. A provisão registrada em relação a tais processos é determinada pela Administração da Companhia, com base na análise de seus assessores jurídicos, e refletem razoavelmente as perdas prováveis estimadas.

A Administração da Companhia acredita que a provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, constituída de acordo com a CPC 25 (IAS 37) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos administrativos e judiciais, conforme apresentado a seguir.

16.1 Contingências com estimativa de perda provável

| | 31/12/2015 | Provisões | Reversões | Pagamentos | Encargos financeiros | 31/12/2016 |
|-------------------------------|---------------|---------------|----------------|----------------|----------------------|---------------|
| Tributários e previdenciários | - | 1.567 | - | - | 108 | 1.675 |
| Cíveis | 39.340 | 14.075 | (816) | (1.473) | 5.927 | 57.053 |
| Trabalhistas | 1.291 | 14.167 | (7.658) | (4.594) | 42 | 3.248 |
| | <u>40.631</u> | <u>29.809</u> | <u>(8.474)</u> | <u>(6.067)</u> | <u>6.077</u> | <u>61.976</u> |

| | 31/12/2014 | Provisões | Pagamentos | 31/12/2015 |
|-------------------------------|---------------|--------------|--------------|---------------|
| Tributários e previdenciários | 447 | - | (447) | - |
| Cíveis | 32.573 | 6.767 | - | 39.340 |
| Trabalhistas | 1.295 | 259 | (263) | 1.291 |
| | <u>34.315</u> | <u>7.026</u> | <u>(710)</u> | <u>40.631</u> |

16.1.1 Contingências Cíveis

No exercício de 2009, foi imposta uma multa à ABSA, pela Secretaria de Direito Econômico (“SDE”) e, posteriormente, Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”). A ABSA foi condenada em decisão proferida em 28 de agosto de 2013 ao pagamento de multa no valor de R\$ 114.134.

De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, estimou-se uma probabilidade de cerca de 60% de chance de redução da base de cálculo da multa imposta à ABSA, com base em critérios objetivos de aplicação do princípio do *ne*



bis in idem que garante de maneira mais ampla possível o afastamento da cobrança de qualquer tipo de duplicidade punitiva a fim de se evitar que a pena se torne desproporcional, dentre outros argumentos. Em 31 de dezembro de 2016, a provisão referente a causa em questão totalizou o montante de R\$38.097 (R\$32.710 em 31 de dezembro de 2015).

Os demais processos não têm valores individuais relevantes.

16.2 Contingências com estimativa de perda possível

A Companhia possui contingências, cuja expectativa de perda avaliada pela Administração e suportada por seus assessores jurídicos está classificada como possível e, portanto, nenhuma provisão foi constituída. Os saldos referentes às contingências avaliadas com prognóstico de perda possível, está apresentado a seguir:

| | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|-------------------------------|----------------|----------------|
| Tributários e previdenciários | 123.917 | 109.312 |
| Trabalhistas | 58.270 | 84.765 |
| Cíveis | 12.227 | 12.964 |
| | <u>194.414</u> | <u>207.041</u> |

A variação no saldo de contingências avaliadas com risco possível refere-se à reavaliação de processos que, anteriormente, tinham probabilidade de perda considerada remota. Os detalhes sobre as principais disputas classificadas como possível estão apresentadas a seguir:

16.2.1 Contingências tributárias

Nos exercícios de 2005 e 2006, a subsidiária ABSA foi autuada pelo valor de R\$36.305 em virtude do não recolhimento de impostos e multas a título de Imposto de importação ("II") e Impostos sobre produtos industrializados ("IPI"). A Companhia ingressou com ação anulatória, que ainda aguarda julgamento, pleiteando sua ilegitimidade passiva por não ter transportado a mercadoria que ensejou a lavratura do auto de infração, bem como, por entender que inexistente norma legal que responsabilize o transportador pelo pagamento do imposto sobre produtos industrializados no caso de extrato da mercadoria. Em 2015, a União, por sua vez, ingressou com Execução Fiscal para cobrança dos tributos em questão, ainda sem decisão judicial. Em dezembro de 2016 o valor total dessa ação corresponde a R\$ 48.805.

No exercício de 2015, a Companhia ingressou com ação anulatória de débito fiscal contra auto de infração no valor total de R\$9.152 pelas autoridades fiscais. Em



defesa, a Companhia alegou que à época dos fatos descritos no Auto de Infração não existia lei que determinasse a sua responsabilidade pelo pagamento do imposto sobre produtos industrializados no caso de extravio de mercadoria e pelo não armazenamento da carga. O processo aguarda julgamento em primeira instância. Em dezembro de 2016 o valor total dessa ação corresponde a R\$ 19.415.

No exercício de 2015, a Companhia foi autuada no valor de R\$ 11.421 pela Receita Federal em virtude de cobrança e multa de imposto de importação ("II") em razão de suposta carga faltante quando da conferência final da declaração. Em sede de processo administrativo, a Companhia apresentou impugnação, sendo que a Delegacia da Receita Federal anulou o débito tributário. O processo aguarda julgamento de recurso. Em dezembro de 2016 o valor total dessa ação corresponde a R\$ 12.920.

Os demais processos não têm valores individuais relevantes.

16.2.2 Contingências trabalhistas

No exercício de 2012, o Sindicato Nacional dos Aeroviários ajuizou reclamação trabalhista pleiteando adicional de periculosidade para os ex-empregados de empresa prestadora de serviços. A Companhia foi condenada subsidiariamente, tendo recorrido de tais alegações. Atualmente, o processo encontra-se no Tribunal Regional do Trabalho. Em dezembro de 2016 o valor total dessa ação corresponde a R\$ 30.166.

Os demais processos não têm valores individuais relevantes.

16.2.3 Contingências cíveis

Dentre os processos judiciais de natureza cível avaliados pela Administração e pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, não existem processos com valores individuais relevantes.



17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

17.1 Capital social

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 não houveram alterações no capital social da Companhia.

O capital subscrito o capital subscrito e integralizado está representado por R\$144.060.702,00 (Cento e quarenta e quatro milhões, sessenta mil e setecentos e dois reais), dividido em 4.060.702 ações ordinárias e preferenciais, nominativas, não endossáveis, no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, sendo 1/3 do capital de ações ordinárias e 2/3 de ações preferenciais, sem direito a voto.

As ações preferenciais, sem direito a voto, têm prioridade no reembolso do capital em caso de liquidação da empresa e participam em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição de dividendos e capitalização de reservas.

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

18.1 Conciliação da alíquota de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

| | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|---|------------|------------|
| Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social | (24.388) | (40.043) |
| Alíquota nominal combinada | 34% | 34% |
| Imposto calculado às alíquotas nominais | 8.292 | 13.615 |
| Efeitos fiscais sobre diferenças permanentes: | | |
| Despesas Indedutíveis | (589) | (6.891) |
| Ativo diferido não constituído | (6.506) | - |
| Efeito de conversão de balanço | (2.654) | - |
| Outros | 421 | (7.344) |
| Imposto de renda e contribuição social corrente | (1.036) | (620) |



18.2 Ativos fiscais diferidos não reconhecidos

Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos com relação aos seguintes itens:

| | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|--|------------|------------|
| Diferenças temporárias | 501 | 344 |
| Prejuízos acumulados | 180 | 987 |
| | 681 | 1.331 |
| Provisão para baixa por não recuperabilidade | (681) | (1.331) |
| Total | - | - |

As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia deixou de reconhecer contabilmente o montante de imposto de renda e contribuição social diferidos, uma vez que a Administração não considerou provável que os lucros tributáveis futuros estariam disponíveis, podendo assim ser utilizados contra tais montantes registrados.

19. PARTES RELACIONADAS

No curso ordinário das operações da Companhia, direitos e obrigações são gerados entre partes relacionadas oriundos de operações de contratação, prestação de serviços e operações de arrendamento baseadas em contrato quais são realizados em termos e condições acordadas entre as partes.

As receitas operacionais correspondem substancialmente a serviços de transporte aéreo de cargas e correspondem a aproximadamente 47% e 52% da receita bruta da Companhia em 31 de dezembro de 2016 e 2015, respectivamente.

As operações de custos referem-se a compra de espaço de carga e 100% dos gastos com arrendamentos operacionais de 3 aeronaves (nota 12.1), bem como gastos com serviços de manutenção e administrativos e correspondem a 60% e 52% dos custos operacionais em 31 de dezembro de 2016 e 2015, respectivamente.

Os resultados financeiros são auferidos pelos juros sobre os arrendamentos e variação cambial sobre as transações em moeda estrangeira.



19.1 Posições ativas com partes relacionadas

| | | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|----------------------------------|----------------------------|------------------|------------------|
| Contas a receber | | | |
| LATAM Airlines Group S.A. | Controladora indireta | 239.426 | 1.188.660 |
| Lan Chile Cargo S.A. | Outras partes relacionadas | 1.257.771 | 705.483 |
| Linea Aerea Carguera de Colombia | Outras partes relacionadas | 81.923 | 150.856 |
| TAM Lineas Aereas S.A. | Outras partes relacionadas | 79.125 | 33.029 |
| Aerotransporte Mas de Carga S.A | Outras partes relacionadas | 27.489 | 24.294 |
| Lan Argentina S.A. | Outras partes relacionadas | - | 4.435 |
| Connecta Corporation | Outras partes relacionadas | - | 2.484 |
| Outras partes relacionadas | Outras partes relacionadas | 1.917 | 3.462 |
| Total do ativo | | <u>1.687.651</u> | <u>2.112.703</u> |

19.2 Posições passivas com partes relacionadas

| | | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|---------------------------------------|----------------------------|------------------|------------------|
| Contas a pagar | | | |
| TAM Lineas Aereas S.A. | Outras partes relacionadas | 99.824 | 614.881 |
| LATAM Airlines Group S.A. | Controladora indireta | 755.866 | 581.552 |
| Lan Chile Cargo S.A. | Outras partes relacionadas | 546.818 | 520.863 |
| Linea Aerea Carguera de Colombia | Outras partes relacionadas | 155.744 | 239.494 |
| Aerotransporte Mas de Carga S.A | Outras partes relacionadas | 8.005 | 9.023 |
| Aerovias de Integracion Regional S.A. | Outras partes relacionadas | 8.015 | 7.223 |
| MAS Investment Limited | Outras partes relacionadas | - | 5.661 |
| Lan Argentina S.A. | Outras partes relacionadas | 7 | 4.150 |
| Outras partes relacionadas | Outras partes relacionadas | 5.021 | - |
| Total do passivo | | <u>1.579.300</u> | <u>1.982.847</u> |
| Demais contas a pagar | | | |
| MAS Investment Limited | Outras partes relacionadas | 4.725 | 2.705 |
| | | <u>4.725</u> | <u>2.705</u> |

19.3 Transações com partes relacionadas

| | | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|----------------------------------|----------------------------|----------------|----------------|
| Receitas | | | |
| Venda de espaço de carga | | | |
| Aerotransporte Mas de Carga S.A | Outras partes relacionadas | 9.838 | 6.921 |
| Lan Chile Cargo S.A. | Outras partes relacionadas | 46.067 | 51.650 |
| LATAM Airlines Group S.A. | Controladora indireta | 252.082 | 294.847 |
| Linea Aerea Carguera de Colombia | Outras partes relacionadas | 5.870 | 28.702 |
| TAM Lineas Aereas S.A. | Outras partes relacionadas | 65.005 | 132.435 |
| | | <u>378.862</u> | <u>514.555</u> |



| | | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|----------------------------------|----------------------------|------------------|------------------|
| Outras receitas operacionais | | | |
| Aerotransporte Mas de Carga S.A. | Outras partes relacionadas | 5 | 6 |
| Lan Chile Cargo S.A. | Outras partes relacionadas | 3.762 | 2.750 |
| LATAM Airlines Group S.A. | Controladora indireta | 17.610 | 16.466 |
| Linea Aerea Carguera de Colombia | Outras partes relacionadas | 21.167 | 22.725 |
| TAM Lineas Aereas S.A. | Outras partes relacionadas | 1.683 | 1.021 |
| Outras partes relacionadas | Outras partes relacionadas | 1.046 | 560 |
| | | <u>45.273</u> | <u>43.528</u> |
| | | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
| Outras despesas operacionais | | | |
| Aerotransporte Mas de Carga S.A. | Outras partes relacionadas | (1.916) | (1.418) |
| Lan Chile Cargo S.A. | Outras partes relacionadas | (101.251) | (105.523) |
| LATAM Airlines Group S.A. | Controladora indireta | (151.070) | (161.248) |
| Linea Aerea Carguera de Colombia | Outras partes relacionadas | (30.044) | (56.636) |
| TAM Lineas Aereas S.A. | Outras partes relacionadas | (16.841) | (115.612) |
| Outras partes relacionadas | Outras partes relacionadas | (6.931) | (7.863) |
| | | <u>(308.053)</u> | <u>(448.300)</u> |
| Custo dos serviços prestados | | | |
| LATAM Airlines Group S.A. | Outras partes relacionadas | (194.907) | (206.800) |
| | | <u>(194.907)</u> | <u>(206.800)</u> |
| | | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
| Resultado financeiro | | | |
| Lan Chile Cargo S.A. | Outras partes relacionadas | 3.828 | (1.758) |
| LATAM Airlines Group S.A. | Controladora indireta | 78 | (5) |
| Linea Aerea Carguera de Colombia | Outras partes relacionadas | (709) | 2.035 |
| Outras partes relacionadas | Outras partes relacionadas | (21) | 5 |
| | | <u>3.176</u> | <u>277</u> |

19.4 Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da administração compreende os membros da diretoria da Companhia, totalizando 2 pessoas em 31 de dezembro de 2016 e 2015. A despesa com a remuneração do pessoal-chave no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, totalizou R\$ 2.642 (R\$ 4.532 em 31 de dezembro de 2015).



20. RECEITA OPERACIONAL

Individualmente, nenhum dos clientes da ABSA representou mais de 10% de suas receitas no exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida de vendas está apresentada a seguir:

| | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|----------------------------|------------|------------|
| Transporte de cargas | 870.222 | 1.052.310 |
| Outras receitas | 26.832 | 26.709 |
| Receita bruta | 897.054 | 1.079.019 |
| Impostos e outras deduções | (21.989) | (38.181) |
| Receita líquida | 875.065 | 1.040.838 |

21. RESULTADO POR NATUREZA

| | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|---|------------|------------|
| Custo dos serviços prestados | | |
| Pessoal | 59.264 | 60.588 |
| Combustível | 111.509 | 148.455 |
| Depreciação e amortização | - | 790 |
| Manutenção e reparos | 8.462 | 4.755 |
| Seguro de aeronaves | 679 | 1.734 |
| Tarifas de decolagem, pouso e navegação | 49.389 | 39.774 |
| Arrendamento de aeronaves, motores e equipamentos | 194.907 | 206.800 |
| Serviços de terceiros | 394.456 | 497.451 |
| Outras | 22.382 | 20.734 |
| | 841.048 | 981.081 |
| | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
| Despesas com vendas | | |
| Pessoal | 2.010 | 4.802 |
| Depreciação e amortização | - | 89 |
| Serviços de terceiros | 78 | 3.727 |
| Vendas e <i>marketing</i> | 21.824 | 17.876 |
| Outras | 2.028 | 743 |
| | 25.940 | 27.237 |



| | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|---------------------------------|---------------|---------------|
| Gerais e administrativas | | |
| Pessoal | 4.815 | 8.064 |
| Depreciação e amortização | 677 | 597 |
| Serviços de terceiros | 3.577 | 3.234 |
| Processos cíveis e trabalhistas | 25.490 | 7.484 |
| Outras | 7.365 | 9.217 |
| | <u>41.924</u> | <u>28.596</u> |

22. RESULTADO FINANCEIRO

| | 31/12/2016 | 31/12/2015 |
|------------------------------|----------------|-----------------|
| Receitas financeiras | | |
| Receita de juros | 1.364 | 2.412 |
| | <u>1.364</u> | <u>2.412</u> |
| Despesas financeiras | | |
| Despesas de juros | (7.380) | (2.777) |
| | <u>(7.380)</u> | <u>(2.777)</u> |
| Variação cambial líquida | 15.118 | (44.269) |
| Resultado financeiro líquido | <u>9.102</u> | <u>(44.634)</u> |

23. SEGUROS

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar sua exposição a estes, buscando no mercado coberturas à suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros.

24. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO ADOTADAS

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações foram emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017, entretanto, essas normas ainda não foram aprovadas em sua totalidade pelo CPC e CFC e, conseqüentemente, ainda não foram incorporadas às práticas contábeis adotadas no Brasil. Por essa razão não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras dado que ainda não são efetivas.



Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo e a Companhia pretende adotar esses pronunciamentos quando se tornarem aplicáveis.

IFRS 9 - "Instrumentos financeiros"

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 *Financial Instruments: Recognition and Measurement* (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revisada sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

Em 4 de novembro de 2016, o CPC emitiu o pronunciamento 48 - Instrumentos Financeiros, adotando na íntegra a IFRS 9. Tal pronunciamento foi aprovado pelo CFC em 22 de dezembro de 2016.

A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes"

A IFRS 15 requer o reconhecimento do montante da receita que reflita a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte das orientações sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente, e é aplicável a partir de e/ou após 1º de janeiro de 2018. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando-se uma abordagem de efeitos cumulativos.

IFRS 16 - "Arrendamentos"

Em janeiro de 2016, o IASB emitiu a "IFRS 16 - Leases", que determinam os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento. A IFRS 16 estará em vigência para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019. A IFRS 16 determina que, para grande parte dos arrendamentos, o arrendador passe a registrar um ativo referente ao direito de uso do ativo identificado, bem como o passivo relacionado ao arrendamento. A referida norma ainda não foi adotada pelo CPC e CFC.

A Administração está avaliando os potenciais efeitos que as IFRS 9, 15 e 16 terão sobre as demonstrações financeiras e divulgações da Companhia. A Companhia ainda não definiu o método de transição para as novas normas nem determinou seus efeitos sobre os relatórios financeiros atuais.



ABSA - AEROLINHAS BRASILEIRAS S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

25. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anuais foram aprovadas e sua emissão autorizada pela Diretoria Executiva da Companhia em 23 de maio de 2017.

Luis Agostinho Marques Caro Quintiliano
Diretor presidente

Dario Matsuguma
Diretor Técnico

José Roberto Beraldo
Diretor financeiro

Renata Bandeira G. do Nascimento
Diretora de Controladoria
CRC 1 SP-215231/O-3

